

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DA Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo
de Santo Agostinho
DO EXERCÍCIO DE 2013**

SUMÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA

CONFORME ANEXO I DA RESOLUÇÃO TC Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 2014.

Município com RPPS

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA	FOLHAS
01	Sumário da documentação acostada, com indicação do número da página de cada item relacionada no ANEXO I, Natureza Jurídica 5 – AUTARQUIAS e FUNDAÇÕES PÚBLICAS da Resolução T.C. Nº 01, de 2014.	1
02	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas, devidamente identificado e assinado pela autoridade competente, contendo termo de responsabilidade pelas informações apresentadas.	3
03	Certidão da confirmação/alteração dos dados do Cadastro da Unidade Gestora, conforme art. 5º da Resolução TCE/PE nº 17, de 19 de Dezembro de 2012.	5
04	Relação dos Ordenadores de despesa, do titular do órgão ou entidade e dos demais responsáveis, por período de gestão, com cópias dos respectivos atos de designação e afastamento.	8
05	Nome completo, matrícula, estado civil, número do CPF e endereço residencial atualizado dos Ordenadores de despesa, do titular do órgão ou entidade e dos demais responsáveis.	15
06	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 4º desta Resolução.	18
07	Balanco Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	20
08	Balanco Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	22
09	Balanco Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	25
10	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	27
11	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	29
12	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	34
20	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº. 4.320/64).	38
21	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza. (1)	40
23	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.	43
24	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	97
25	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contratos, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	99
26	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios anteriores, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nº. do contrato, nº. e modalidade da licitação ou dispensa/inexigibilidade a qual se vincula, datas da celebração e da publicação, objeto, valor, nome e número do CNPJ ou número do CPF do contratado, prazo de vigência, e, caso existam: nº. dos termos aditivos celebrados, datas da celebração e publicação, objeto do aditamento, valor aditado e o prazo. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL. (2)	103
29	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, os quais deverão conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano, data ou período das ocorrências, número e data do documento de encaminhamento ao Tribunal de Contas.	104
30	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto na Resolução TC nº 11/2013 (inciso VIII do anexo IV), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária	106
31	Anexo II e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. (Contribuições ao RPPS)	108
32	Anexo IV e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido. (Contribuições do RGPS)	111
33	Anexo V desta Resolução devidamente preenchido. (Mapa de Obras)	114

34	Comprovantes de repasse das contribuições devidas à unidade gestora do RPPS, distinguindo-se os recolhimentos normais daqueles provenientes de parcelamento, contendo as seguintes informações mínimas; (4,5): a) Identificação do órgão/entidade responsável pelo recolhimento; b) Competência a que se refere; c) Base de cálculo das contribuições recolhidas; d) Valor, em reais, das contribuições dos segurados; e) Valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade; f) Dedução de benefícios pagos diretamente pelo órgão/entidade; g) Acréscimos, em caso de pagamento em atraso; h) Comprovação de recolhimento, através de autenticação bancária, recibo de depósito, comprovante e transferência ou recibo da unidade gestora do RPPS.	116
35	Comprovantes de repasse das contribuições devidas ao INSS, distinguindo-se os recolhimentos normais daqueles provenientes de parcelamento, contendo as seguintes informações mínimas; (4) a) Identificação do órgão/entidade responsável pelo recolhimento; b) Competência a que se refere; c) Base de cálculo das contribuições recolhidas; d) Valor, em reais, das contribuições dos segurados; e) Valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade; f) Dedução de benefícios pagos diretamente pelo órgão/entidade; g) Acréscimos, em caso de pagamento em atraso; h) Comprovação de recolhimento, através de autenticação bancária, recibo de depósito ou comprovante de transferência.	129
43	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes. (7)	144-145

NOTAS DO ANEXO I da RESOLUÇÃO T. C. Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 2014:

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União;

Nota 2: Os contratos relacionados devem vir agrupados segundo a natureza do seu objeto.

Exemplo: contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, contratos de compra, contratos de prestação de serviço, etc.;

Nota 3: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº. 020/05, são exigidos os seguintes documentos:

- Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- Demonstração de resultados do exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das mutações do patrimônio social;
- Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;
- Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;
- Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;
- Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 4: Em caso de parcelamento, deverá ser utilizado documento distinto para o recolhimento, identificando o Termo do Acordo, o número de parcelas e a data de vencimento;

Nota 5: Outros repasses efetuados à unidade gestora do RPPS, tais como aportes ou cobertura de insuficiência financeira, deverão ser comprovados em documentos distintos;

Nota 6: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo;

Nota 7: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.